

ABERTURA

Manuel Porto*

Senhor Ministro, senhor Secretário de Estado, senhores conselheiros e senhores convidados.

Vou proferir palavras muito breves, por duas razões. Em primeiro lugar, porque não tenho o direito de reter o senhor Ministro, que tem Conselho de Ministros e nos fez a deferência de protelar a ida para estar aqui presente. Há pois uma razão reforçada para lhe agradecer. Por outro lado, perante o painel de intervenientes que nos deram a honra de aceitar os convites formulados, temos de aproveitar na maior medida possível o privilégio da sua participação.

Dá-nos, além disso, uma enorme alegria, a mim e ao Conselho, ver a participação numerosa e qualificada que está perante nós. Não é prática do Conselho, nunca foi nem deverá ser, fazer propaganda na imprensa, sendo os seminários dirigidos a um grupo seleccionado de reflexão. Só vêm, pois, pessoas e entidades por nós especialmente convidadas. Mas o interesse foi tão grande que peço antecipadamente desculpa por poder haver momentos do dia em que não caibam todos nesta sala. Não tendo querido suspender as inscrições, o que asseguraria a presença apenas aos que se tivessem inscrito primeiro, preferimos instalar um circuito interno numa sala ao lado, permitindo o acompanhamento dos debates e mesmo a intervenção de quem queira falar. Tendo-se posto a hipótese de irmos para outro anfiteatro, eu próprio fiz questão de que o Seminário decorresse aqui, na nossa casa, onde quero que se sintam como se fosse vossa.

Por que teremos conseguido uma resposta tão significativa?

Para além da qualificação e da notoriedade das pessoas que tiveram a gentileza de corresponder aos convites formulados, contribuiu também decisivamente para tal a importância e a actualidade do tema que vamos abordar.

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

Não são precisas muitas palavras para lembrar a importância e a actualidade do tema *Educação e Produtividade*.

Pode-se ser a favor ou contra a globalização (trata-se de discussão que justificaria um ou vários colóquios), mas há que reconhecer que o movimento de abertura das economias é imparável. Sendo assim, bem mais do que procurarmos quixotesicamente evitá-lo, temos é o dever de lutar pelo aproveitamento das suas potencialidades e pela atenuação dos seus inconvenientes. Será isto que devem esperar de nós, justificadamente, os nossos trabalhadores e os nossos empresários.

Em relação à globalização não poderia aliás haver uma posição apenas portuguesa, sendo a política comercial uma política comum da União Europeia; e é seguro que a Europa, face aos seus interesses e às suas responsabilidades, continuará a ser um espaço de abertura no século em que entrámos agora.

Mas além disso no caso europeu temos que ter bem presente que os alargamentos que se avizinham (o primeiro já em Maio de 2004) são um motivo próximo de acréscimo de difícil concorrência. Sou um optimista por natureza, mas realmente, olhando para os números, não posso deixar de ter preocupação.

Uma primeira dificuldade na concorrência resulta de os países da Europa Central e Oriental (PECOs) terem mão-de-obra mais barata, em alguns casos muito mais barata. É seguro que dentro de alguns anos, pelo menos em alguns deles, será tão cara ou mesmo mais cara do que em Portugal, como consequência da dinâmica das suas economias, que estão a ter um crescimento mais elevado do que o nosso e mesmo do que a média da UE-15 (deverá ser nos 10 novos membros de 3.8% em 2004 e 4.2% em 2005, quedando-se na UE-15 pelos 1.8% e 2.3%, respectivamente). Mas não deixará de haver uma difícil concorrência pelos salários, com graves consequências imediatas para as nossas empresas e os nossos postos de trabalho.

Há para além disso, tanto agora como depois, uma vantagem inequívoca de localização para os países da Europa Central e Oriental, com a sua proximidade dos principais mercados compradores e fornecedores. Enquanto um empresário português tem que fazer deslocar os seus produtos cerca de 2000 quilómetros para os vender na Alemanha ou no Benelux, ou de ter o custo da mesma distância para comprar equipamentos para a sua empresa, é pequeníssima a distância a percorrer para os empresários, por exemplo da Polónia, da República Checa ou da Hungria.

No que respeita a recursos naturais, temos vantagem num ou noutro caso, por exemplo em alguns recursos florestais e em matérias-primas para a indústria cerâmica, mas não a temos em relação aos recursos utilizados em muitos outros sectores (temos sem dúvida vantagem em condições climáticas e estéticas, atractivas para o turismo, mas os PECO's, Chipre e Malta têm também bons argumentos neste sector...).

No que respeita ao aforro, é cada vez mais claro que quer o aforro interno quer o investimento estrangeiro ocorrem onde há melhores oportunidades. Tivemos a este propósito uma experiência muito positiva durante alguns anos, logo após a integração na CEE, com um grande acréscimo de investimento no nosso país. Mas o aforro de outros países e mesmo o nosso não deixarão de acorrer aos PECO's se houver aí condições mais favoráveis de competitividade.

Fica, assim, como determinante de uma eventual vantagem, o factor humano, desde a educação básica à qualificação dos trabalhadores, à capacidade de investigação científica e tecnológica ou à dinâmica de gestão, determinando as melhores ou piores condições de produtividade. Ou seja, estamos reconduzidos ao campo da educação no seu sentido mais amplo, incluindo a formação ao longo da vida.

Face a esta constatação, olhando para os números verifica-se que os PECO's têm uma média de anos de escolaridade obrigatória mais elevada do que a média dos actuais países da União Europeia (UE-15), sendo especialmente sensível a diferença em relação a Portugal (com uma

frequência média efectiva de 5.9 anos, quando é de 9.0 na UE, de 9.8 na Polónia, de 9.5 na República Checa e de 9.1 na Hungria).

Poderá julgar-se que se trata de uma educação clássica, não virada para as exigências de uma economia de mercado. Mas quem tem uma educação sólida em Matemática, em Física, em línguas ou em qualquer outra ciência rapidamente consegue essa adaptação. Temos pois que ter as maiores cautelas em relação a algo que, mais do que uma preocupação, tem de constituir um desafio. E é de facto bom que tenhamos desafios, talvez como única forma de melhorar o que desde há muito deveria ter sido melhorado.

Poderia pensar-se, de um modo simplista, que a solução estaria em aumentar de imediato e sensivelmente as verbas públicas. É fácil dizê-lo, mesmo agradável dizê-lo, em especial quando se é agente educativo, como é o meu caso e é o caso de grande parte das pessoas que me ouvem. Mas a observação dos números aponta aqui no sentido contrário, com Portugal no topo dos países no que respeita ao gasto público em educação como percentagem do PIB (5.7%, número que na OCDE é ultrapassado apenas pela Coreia do Sul, com 6.8%); quase tudo com verbas públicas, 5.6%, sendo comparativamente muito reduzido o contributo privado, apenas de 0.1%.

Dir-se-á que é um número absoluto pequeno, dado que está referenciado a um PIB modesto, no quadro da OCDE. Para estarmos nos níveis da Alemanha ou da Dinamarca deveríamos ter uma afectação muito maior, talvez de 10 ou 20% do PIB. Mas quem está dedicado à educação não pode deixar de ter preocupação também em relação a outros domínios sociais, económicos, de justiça ou de segurança interna, que têm exigências enormes que em muitos casos não podem deixar de ser asseguradas pelo Estado. Olhando à nossa volta, não podemos desconhecer, por exemplo, que há milhares de carenciados a apoiar e de doentes a tratar, com serviços de custo elevadíssimo, estando no orçamento português a verba para a educação pouco aquém da verba para a segurança e acção social, acima da verba para a saúde ou ainda, por exemplo, mais do que três vezes acima da

verba para a segurança e ordem públicas e mais do que oito vezes acima da verba para a habitação e serviços colectivos.

Com sentido de responsabilidade, não se pode deixar de fazer uma reflexão profunda sobre o modo de rentabilizar o sistema educativo. Está em causa, além do mais, um testemunho de preocupação social (mesmo moral) que não podemos deixar de dar enquanto educadores. Um desejável acréscimo para a educação numa sociedade democrática não pode, aliás, deixar de ser dedicado, em grande medida, ao apoio social escolar, assegurando-se de um modo especial que ninguém deixe de ter oportunidades nas melhores escolas por ter carências materiais. É uma melhor cobrança de impostos, indispensável e desejável a todos os títulos no quadro orçamental português, pouco acrescentará para o nosso propósito, devendo ser para acudir também aos outros sectores e traduzir-se, de igual modo, numa também necessária redução geral das taxas – aliviando quem agora não pode fugir ao seu pagamento, como é o caso dos trabalhadores por conta de outrem e da generalidade dos consumidores, onerados com a tributação indirecta, tributação que se repercute de um modo mais sensível sobre os mais pobres.

Cabe pois a todos nós uma parcela de responsabilidades na melhoria do estado actual das coisas, não podendo sossegar as nossas consciências com a mera atribuição de responsabilidades a terceiros.

Face ao desafio que se levanta, permito-me referir quatro circunstâncias que julgo que deverão estar presentes na reflexão que vai seguir-se.

Uma delas é a necessidade de aumentar de imediato a frequência do ensino formal pelos nossos jovens. Olhando de novo para as estatísticas, é especialmente preocupante que só 20% dos nossos cidadãos tenham completado o ensino secundário, quando as percentagens do conjunto da União Europeia e da OCDE são muito superiores, na maior parte dos casos várias vezes superiores (casos da Hungria, com 70%, da Coreia do Sul, com 68%, ainda da Irlanda, com 58%; estando mais próximos de nós apenas a Turquia, com 24%, e o México, com 22%).

Neste quadro, não se pode deixar de dar muita atenção ao abandono escolar, também sem paralelo nos demais países. Segundo dados apurados, o abandono de pessoas de 20 a 24 anos é de 47.5% em Portugal, número ultrapassado apenas pelo México, com 68.4% (segundo-se a nós a Espanha com 31.1% e a Itália com 29.1%).

Uma outra circunstância é a necessidade de aumentar e melhorar a formação ao longo da vida. As estatísticas são também aqui esclarecedoras, mostrando a pequeníssima percentagem da população activa portuguesa envolvida em acções desta natureza nos últimos anos.

Uma terceira circunstância é a necessidade de assegurar, de aumentar mesmo, a profundidade do ensino ministrado. Poder-se-ia julgar que haveria algum alívio a este propósito, compensado com a formação ao longo da vida, ou que no ensino superior possa ser esse o preço a pagar pela necessidade de concorrer com os demais países, fornecendo-se graus em menos tempo de escolaridade, três anos em vez de quatro ou cinco.

Seria, todavia, um erro gravíssimo avançar nestas linhas. A formação ao longo da vida para ser eficaz, dando resposta aos novos desafios da sociedade, tem de estar baseada num ensino inicial muito sólido. Não estranhem que dê o exemplo da minha área profissional, o Direito. Só com uma formação sólida na licenciatura, os profissionais podem apreender de imediato os novos saberes, traduzidos num novo código ou em qualquer outra legislação. Estamos aliás aqui num domínio, a par de muitos outros, em que é muito sentida a necessidade de formação ao longo da vida. Além da evolução nos ramos de Direito já leccionados há muito, do Direito Civil ao Direito Penal, apareceram ramos não leccionados no meu tempo, como são os casos do Direito do Ambiente, do Direito Europeu, do Direito Bancário ou ainda do Direito da Regulação. A necessidade de apreender estes e outros novos saberes está reflectida na afluência às pós-graduações que foram criadas na minha Faculdade, com mais de mil inscritos, numa Faculdade que tem cerca de três mil alunos na licenciatura. E a experiência de que dispomos é a de que quem teve uma boa formação inicial rapidamente apreende os novos saberes, com a publicação de um novo

código ou a aplicação de quadros correctos de análise a um ramo totalmente novo. Na concorrência do país com o estrangeiro é, por seu turno, seguro que prevalecerá quem tenha a formação mais sólida, exigindo, por melhor boa vontade que se tenha, mais do que três anos de escolaridade universitária mínima. O cliente escolherá o advogado melhor preparado, podendo valer bem a pena despende mais um ou dois anos na formação inicial.

Por fim, em todos os níveis, em particular na formação ao longo da vida, estamos perante um esforço a que é chamada toda a sociedade, muito em especial os nossos quadros empresariais. Muito mais do que o seu apoio financeiro, será necessária a sua participação nas próprias acções de formação (desde logo, na identificação das necessidades existentes), levando a que toda a formação, formal e não formal, vá dando frutos. Terá de tratar-se de um processo interactivo em que todos, trabalhadores, empresários e agentes do ensino se vão complementando, além do mais com a consciência de que estão a dar um contributo inestimável para o progresso do nosso país.

Foi, aliás, o reconhecimento da necessidade desta articulação que, em boa medida, determinou o programa deste Seminário, incluindo a contribuição de economistas, dando um quadro realista da situação portuguesa, empresários de grande êxito, que poderão testemunhar o contributo indispensável da qualificação profissional, e agentes de diferentes níveis do ensino, mostrando a sua experiência. Só com o contributo conjugado de todos será possível melhorar a produtividade em Portugal.

Concluo estas palavras com os agradecimentos que são devidos: ao senhor Ministro e aos senhores Secretários de Estado, aos relatores e moderadores das sessões, bem como ao senhor Secretário-Geral e a todos os demais colaboradores do Conselho Nacional de Educação que, mais uma vez, demonstraram, com o seu zelo e com a sua competência, que mesmo com poucos recursos é possível organizar e levar a cabo uma iniciativa de qualidade, reconhecida pela afluência registada.

A todos muito obrigado.

David Gomes Justino*

Senhor Prof. Manuel Porto, Presidente do Conselho Nacional de Educação, senhora Secretária de Estado, senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação, meus caros amigos.

Fiz questão de aqui estar, não só para responder de forma reconhecida ao convite que me foi dirigido, mas também para partilhar convosco duas ou três ideias que, de certa forma, poderão ajudar a compreender quais os desafios e, acima de tudo, referir quais são os pressupostos de política educativa que estão neste momento a ser adoptados. Com estas premissas estaremos habilitados a entender, face aos desafios do futuro, qual a capacidade de resposta e quais são os parâmetros de intervenção que temos relativamente ao problema da relação entre *Educação e Produtividade*. A comunidade científica internacional, como sabem, divide-se sobre esta relação entre capital humano e investimento em educação, acima de tudo porque é difícil estabelecer uma regra abrangente, já que são muitos os casos especiais desviantes. Apesar de ser mais ou menos consensual a ideia da existência e reconhecimento de uma espécie de determinismo quanto à relação entre investimento em capital humano e os resultados que esse investimento possa dar, no que diz respeito à produtividade e, sobretudo, à capacidade competitiva das economias e das sociedades. Penso que não vamos conseguir resolver aqui e agora esse problema, porque são muitos anos de debate académico em torno desta questão e há resultados que são inegáveis.

O caso português é extremamente interessante. E porquê? Porque, em alguns períodos, nomeadamente os mais recentes, aquilo que se tem notado é o facto de haver um aumento significativo do investimento público em educação, não só decorrente do número de alunos, mas também das condições físicas e infraestruturais de exercício dessa actividade e, ao mesmo tempo, com algum efeito diferido, sermos confrontados com quebras ao nível da produtividade e com *décalages* e confrontos ao nível da capacidade competitiva da economia e da sociedade, relativamente a outros

* Ministro da Educação

países. É o que acontece, por exemplo, com a situação referida pelo Prof. Manuel Porto quanto aos dez países que vão passar a integrar a U.E. Vejam-se os casos, por exemplo, da República Checa, da Eslováquia, da Hungria ou mesmo da Polónia que, neste aspecto, têm uma vantagem competitiva relativamente ao caso português. Essa vantagem não se reporta apenas aos salários, pois esse problema de desnível salarial resolve-se a curto prazo mas, fundamentalmente, porque têm um manancial de oferta em termos de capital humano ajustado a determinados padrões de desenvolvimento que, neste momento, nós não temos. Esse é que é o principal desafio e não é susceptível de ser resolvido em termos de curto ou mesmo médio prazo. Temos aqui a primeira grande limitação – a de que não é possível estabelecer uma relação directa entre investimento e educação a curto prazo e é difícil de demonstrar a conexão, no longo prazo. Ou seja, ninguém utiliza políticas educativas para fazer qualquer política cíclica relativamente à produtividade ou ao crescimento. Mas é óbvio que, ainda que não seja demonstrado, todos reconhecemos que maiores qualificações e, acima de tudo, melhores qualificações ao nível de capital humano são condições indispensáveis para que haja sustentabilidade ao nível do crescimento e desenvolvimento de determinado tipo de modelos económicos.

Nesta perspectiva, aquilo que estamos a fazer é trabalhar num horizonte de longo prazo, insistindo para que a afectação de recursos, nomeadamente recursos financeiros públicos, possa ser feita para os sectores que são mais carenciados. Focando essa afectação nos pontos críticos reconhecidos, pontos de tensão dentro do sistema educativo que, de certa forma, estrangulam o próprio desenvolvimento desse mesmo sistema. Este pressuposto não implica que para ter melhores resultados em matemática ou que para ter alunos com mais sucesso, seja preciso gastar mais dinheiro. Está demonstrado, precisamente nos últimos anos, que a relação, em alguns casos, até é inversa, ou seja, quanto mais dinheiro existir, pior para as decisões sobre as medidas que são necessárias. Porque a tentação, quando os recursos financeiros são abundantes, é a de investir indiscriminadamente para solucionar o problema. Nesse sentido, paradoxalmente, a conjuntura financeira e orçamental que temos é favorável, isto é, porque não temos

dinheiro é que temos que adoptar as medidas e temos mesmo de fazer as reformas. Podemos claramente afirmar que a abundância é má conselheira. Não que a escassez seja propriamente muito incentivadora, mas porque constitui um desafio para que se encontrem soluções expeditas e se possam atacar os problemas naquilo que têm de mais profundo, de estruturante ou de desestruturante dentro da própria sociedade.

É esse o desafio que encaramos. Conseguir com o mesmo nível de financiamento (e aqui o mesmo nível de financiamento não é um conceito que seja pacífico em termos de política financeira) ter melhores resultados, ter um melhor sistema, ter uma melhor oferta de educação, mas procurando não ir além desses *plafonds* financeiros que, neste momento, nos condicionam. O sector da educação e o sector da saúde são fundamentais para o êxito da própria política orçamental. Mas também é fundamental encontrar um ponto de equilíbrio em que o estrangulamento financeiro não se verifique e em que, obviamente, o equilíbrio entre o *input* financeiro e o *output* em termos de formação de capital humano possa ser assegurado, de forma a não inviabilizar aquilo que vai acontecer daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos. Este é, repito, o grande desafio e devo dizer que o enfrento com o especial empenho, de quem andou alguns anos a reflectir sobre estas questões. A situação poderá ser hoje mais trabalhosa, eventualmente mais limitada, mas simultaneamente mais exigente em termos de criatividade e com maior sentido de necessidade de reforma do próprio sistema educativo.

A discussão em torno do que de facto precisamos na educação leva-nos a opiniões variadas, em que cada interveniente tem uma solução diferente. Apesar de parte significativa desse debate ser feito sem se ter um conhecimento rigoroso, sistematizado, extensivo dos problemas é, no entanto, sempre preferível à ausência de discussão e reflexão sobre a educação. Porque este debate alargado significa que a educação é considerada um dos temas mais relevantes da nossa sociedade e isto implica o reconhecimento público de que é fundamental podermos qualificar o sector para que Portugal possa encontrar níveis de sustentabilidade do seu desenvolvimento que, de outra forma, dificilmente encontrará.

Importa, assim, sublinhar que os objectivos têm que ser cuidadosamente reflectidos, ou seja, ao mesmo tempo que relançamos as metas, que relançamos as políticas e as reformas, temos de ter a capacidade de eliminar margens elevadíssimas de ineficiência dentro do sistema. É aí que reside a capacidade de podermos deslocar fundos e capacidade financeira, que estão ineficientemente aplicados e afectados, para melhor investimento. E é nesta perspectiva que entendo que o desafio que temos pela frente não é de mais investimento, nem se reporta à capacidade financeira – é precisamente o da ultrapassagem do paradigma da quantidade. Porque em fase de expansão económica e, acima de tudo, em fase de expansão do próprio sistema educativo, há pressupostos que são deixados para trás porque são necessários investimentos prioritários, mais espaços para albergar os alunos, mais professores. O processo de crescimento rápido que se verificou no sistema de ensino nos últimos vinte ou trinta anos conduziu, necessariamente, a uma desqualificação do nível médio desses mesmos alunos, afectando o desempenho e as competências de todos os intervenientes.

Não obstante as dificuldades que possam existir e os resultados dos estudos internacionais, não tenho grandes dúvidas que as novas gerações estão melhor formadas comparativamente com as suas antecessoras na mesma altura, com a mesma idade. Tenho filhos, fui também professor no ensino superior e durante vinte e seis anos recebi vagas sucessivas de alunos: comparando-os com os seus antecessores, pude avaliar a evolução destes, e posso dizer que são incrivelmente melhores, ainda que denotem fragilidades que são preocupantes em alguns pontos, nalgumas competências. Por exemplo, o insucesso na matemática, a aquisição de competências ao nível do conhecimento e cultura científicas, não é só um problema português, é um problema geral, comum à maioria dos países da OCDE. Com graves consequências, porque estas situações vão condicionar as opções dos próprios alunos no prosseguimento de estudos, em termos de ensino superior, e depois na desarticulação clara entre a oferta e a procura no mercado de emprego.

Esta desarticulação é, já hoje, visível. Pude acompanhar dois ou três casos de grandes investimentos na área tecnológica que estavam pensados:

criou-se o cenário da hipótese desses investimentos serem realizados e chegou-se à conclusão que não havia o número de engenheiros suficientes para que essas unidades pudessem funcionar. Em alguns sectores, continuamos a ter profissões que são extremamente bem remuneradas, onde o retorno do investimento feito na educação é um retorno elevadíssimo. No entanto, não existe a capacidade de resposta às necessidades da própria economia. Em primeiro lugar, o que era fundamental é que pudessemos resolver essa desadequação, que existe também a nível médio e não apenas só ao nível de quadros superiores. Temos carências manifestas que têm sido supridas, em alguns sectores, pelo ensino profissional e por outros contributos, mas estamos muito aquém do que o país necessita. Por outro lado, temos claros excessos em áreas que, a nível de formação superior, têm a ver com a formação na área das humanidades, áreas excedentárias e que o serão cada vez mais nos próximos anos.

É, portanto, clara esta desadequação entre os recursos que afectamos e os trajectos que acabamos por facilitar ou incentivar, os quais não estão de forma nenhuma adequados nem ao modelo nem aos grandes domínios, aos *clusters* da actividade económica, que projectamos como de maior potencial de crescimento para o futuro. Este desajuste não poderá ser resolvido a curto prazo, não há capacidade de actuar sobre o sistema educativo e de resolver estas situações nos próximos cinco a dez anos. Podemos tomar algumas medidas que visem atenuar este desfasamento e solucionar estas contradições, mas os resultados nunca poderão ser imediatos. Este problema do sucesso na matemática e nas ciências é um problema que levará anos a resolver. É este o quadro que confere não só as limitações, as dificuldades, os paradoxos que enfrentamos quando gerimos este tipo de variáveis, mas que, simultaneamente, constitui um desafio extremamente interessante, um desafio que nos anima e, com certeza, nos permite voltar a reinventar a esperança para que, pelo menos daqui a alguns anos, possamos ter uma melhor capacidade de resposta, melhores instrumentos para acompanhar os desafios que o futuro venha a colocar.

Muito obrigado pela vossa atenção, desejo-vos um bom trabalho e fico ansiosamente à espera das conclusões e sugestões que possam apresentar.

